

Expansão urbana e segregação social: efeitos da implantação do Núcleo Colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto

Dra Adriana Capretz Borges da SILVA

Arquiteta, Mestre em Engenharia Urbana e Doutora em Ciências Sociais (UFSCar-SP) -
Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIUBE (Universidade de Uberaba)
dricapretz@hotmail.com

O trabalho apresenta um estudo social da área destinada à primeira expansão urbana de Ribeirão Preto, a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado, em prosseguimento à reconstituição física da região apresentada pela mesma autora (SILVA, 2006). Criado em Ribeirão Preto no ano de 1887 com o objetivo de atrair braços para as lavouras de café e abastecer o município com gêneros de subsistência, o Núcleo Colonial Antônio Prado contribuiu para a mudança de perfil do morador urbano, que passou a ser o imigrante, sobretudo italiano. Desde as primeiras subdivisões dos lotes, quando estes ainda funcionavam como chácaras, até sua incorporação na malha urbana da cidade, o processo aconteceu de maneira desigual, nos diversos momentos da evolução da economia local. Como resultado, deu origem aos bairros Ipiranga e Campos Elíseos, que foram chamados de “Barracão de Cima” e “Barracão de Baixo” - respectivamente, devido à sua localização em relação à linha férrea da Mojiana - e ao Sumarezinho, Jardim Paulistano e Jardim Novo Mundo.

Apesar de todas as características favoráveis ao seu progresso – era formado de imigrantes em sua maioria italianos, com profissão urbana e pecúlio para aquisição do lote no novo país – o núcleo em questão teve sua área desvalorizada diante do restante da cidade em expansão, diferentemente de outros fundados no Estado de São Paulo. Como herança, seus primeiros habitantes puderam deixar aos seus descendentes unicamente a terra, que adquiriu um baixo preço. VELHO (1978) foi quem explicou que há uma mobilidade social que marca a vivência dos indivíduos fazendo com que o mapa da cidade seja transformado em um mapa social onde as pessoas se definem pelo local em que moram, o que dá as diferenças de status e prestígio social. Analisando a área em questão no contexto socioeconômico e cultural, buscou-se entender como as elites viam os imigrantes como desejáveis para o trabalho, mas indesejáveis para o convívio social, mantendo-os afastados e segregados espacialmente, bem como discutir as estratégias de sobrevivência dos moradores e as formas como construíram a imagem de si próprios, para a cidade e a imagem que a cidade fazia deles, tendo o espaço como maior definidor destas ações.

A fim de se atingir este objetivo, a metodologia empregada constou de fontes teóricas e empíricas. A parte teórica constituiu-se principalmente de livros, artigos e teses das áreas de urbanismo e ciências sociais relacionadas à imigração, desenvolvimento econômico paulista e urbanização entre o final do século XIX e início do século XX. Entre as fontes empíricas, foram utilizados os títulos de propriedade dos lotes adquiridos pelos imigrantes, inventários deixados pelos primeiros moradores do núcleo (e eventualmente de seus primeiros descendentes) e registros de Impostos de Indústrias e Profissões até a década de 1960, complementadas por entrevistas aos descendentes que ainda residem na área de estudo.

A área do núcleo constituiu mais do que um “viveiro de mão-de-obra” para a lavoura de café, e não serviu apenas para abastecer a cidade com gêneros de subsistência que eram caros e escassos: constituiu o que LAPA (1995) chamou de “cidade invisível”, que abrigava as categorias que “precisavam” ser ocultadas – doentes, vadios, loucos, rebeldes, velhos, prostitutas ou menores órfãos ou abandonados,

juntamente com os equipamentos poluentes. Resolveu um problema da elite que não desejava pobres, operários e imigrantes para o seu contato, e lá os confinaram, para que não fossem vistos. Além disso, eram vistos como “o outro” do burguês, que lhes projetava suas frustrações e lhes atribuía toda a pobreza e causa de doenças. Por isso, mesmo com toda a diversidade urbana que o núcleo apresentou, permaneceram seus moradores confinados na “cidade invisível” contraposta à “cidade visível”, saneada e embelezada.

Assim que foi “emancipado” (com a quitação da dívida para a compra dos lotes) e teve início a comercialização suas terras por parte dos imigrantes, também a população pobre da cidade, não constituída por imigrantes, lá se concentrou. Levando seus produtos para vender na “cidade”, prestando serviços diversos principalmente como carroceiros e ambulantes, fica evidente a tentativa de os primeiros moradores do núcleo se integrarem à cidade que o recebia. Entretanto, o contrário não acontecia, pois os moradores da “cidade” não iam ao núcleo colonial, uma vez que era lá que os equipamentos indesejáveis se encontravam.

Outros núcleos coloniais paulistas criados na mesma época prosperaram, tanto porque tiveram sua localização próxima a uma cidade, podendo se desenvolver com autonomia, quanto por não terem tido em suas terras nada que as desvalorizasse, despertando interesse de investidores. O único núcleo que fracassou, que foi o de Santana, em São Paulo, deveu-se ao abandono por parte do poder público para a provisão de sementes, moradia, associado a um solo de qualidade ruim. Semelhante ao Núcleo Colonial Antônio Prado, já na década de 1920 havia recebido fábricas e um complexo penitenciário, o Carandiru, que causou sua desvalorização.

A análise dos inventários deixados pelos primeiros moradores permitiu uma reflexão sobre as condições que estes se encontraram ao longo do processo de expansão urbana da cidade. A não existência de tais documentos em quantidade suficiente e a descrição dos exemplares encontrados deu indícios de restrita mobilidade social, uma vez que a maioria não deixou bens para inventariar nem dispunha de recursos para as despesas de cartório. Constatou-se, entre os bens analisados, apenas instrumentos de trabalho como enxadas e foices, alguns animais como galinhas e cavalos e a mobília simples da casa, além do lote do núcleo, que era o maior bem deixado, desprovido de melhorias urbanas, e por isso, com preço sempre restrito a um valor muito baixo.

Ao final das conclusões obtidas com o trabalho, pode-se afirmar que a formação das cidades no século XIX associou-se a um processo político de exclusão das cidadanias, produzindo conseqüências graves e ainda presentes e que são perceptíveis em propostas de solução de problemas para a miséria urbana. Conforme afirmou LANNA (1996:249), nos dias atuais, *“retoma-se a idéia do segregar, do confinar as diferenças, e acentua-se uma visão racista e preconceituosa sobre as classes trabalhadoras. Ainda o negro, mas sobretudo o nordestino, é hoje acusado das mazelas urbanas. De acordo com a tradição inaugurada e vitoriosa no século XIX, a cidade é lugar de poucos, a política território dos eleitos e a polícia a responsável pelo problema social”*.

Referências bibliográficas

LANNA, A. L. D. **Uma cidade na transição. Santos: 1870 – 1913**. São Paulo-Santos, Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

LAPA, J. R. do A. **Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas – dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

SILVA, A. C. B. **Campos Elíseos e Ipiranga: Memórias do antigo Barracão.** Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

VELHO, G. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.